

CNPQ; CÉLULA MATER DO DESENVOLVIMENTO CIENTÍFICO E TECNOLÓGICO BRASILEIRO

ROMERO MARINHO DE MOURA^{1, 2, 3, 4, 5}

¹ Academia Pernambucana de Ciência Agronômica.

² Academia Brasileira de Ciência Agronômica.

³ Academia Pernambucana de Ciências.

⁴ Universidade Federal de Pernambuco, Centro de Biociências, Recife, Pernambuco.

⁵ Pesquisador 1 A do CNPq, no período de 1996 a 2015 (Processo 302357/76-RN)

Autor para correspondência: romeromoura@yahoo.com.br

Figura 1- Almirante Álvaro Alberto, Professor Honoris causa pela Universidade do Brasil (atual UFRJ), professor da Escola Naval, químico especialista em explosivos, empresário, criador e primeiro presidente do CNPq.



Crédito: João Carlos Vitor Garcia

Formar técnicos sem um órgão central de coordenação é como aprestar uma formação militar sem um estado-maior. A prosperidade do país, sua força, seu prestígio e engrandecimento exigem a instituição de um estado-maior da ciência, da técnica e da indústria que lhes trace seguros rumos e lhes fomente e coordene as atividades.

Álvaro Alberto

Álvaro Alberto venceu, após um trabalho que desconheceu as longas horas de fadiga e frustração, durante os quais esteve sempre atento aos justos anseios de uma comunidade até então desatendida em seus reclamos.

Carlos Chagas Filho

Até a década de 1930 o Brasil importava praticamente todos os produtos tecnológicos, com altos dispêndios de recursos que poderiam ser, em parte, destinados às necessidades básicas da população. Sem uma comunidade científica desenvolvida e organizada, o país se valia da famosa importação de *know-how* para a maioria das atividades que exigisse tecnológica moderna. É importante ser ressaltado que o Brasil possuía cientistas reconhecidos internacionalmente, em ilhas de excelência científica, a exemplo de Arthur Moses, carioca, (Instituto Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro); Leite Lopes, pernambucano, físico (Centro Brasileiro de Pesquisas Físicas, Rio de Janeiro); Carlos Chagas Filho (Instituto de Biofísica da Universidade Federal do Rio de Janeiro); Oswaldo Gonçalves Lima, pernambucano, Departamento de Antibióticos da Universidade Federal de Pernambuco), entre outros. Por outro lado, as forças armadas e as polícias militares careciam de equipamentos mais modernos e possuíam apenas armamentos obsoletos, advindos da Primeira Guerra Mundial. A medicina era incipiente e a produção de medicamentos e as práticas cirúrgicas pouco evoluídas do ponto de vista técnico e metodológico. Os diagnósticos eram precários, muitas vezes imprecisos.

As primeiras propostas relativas à criação de uma entidade central destinada a direcionar o desenvolvimento científico e tecnológico no Brasil surgiram ainda na década dos anos trinta. Uma delas surgiu por meio da Academia Brasileira de Ciências (ABC), apresentada por um dos seus mais brilhantes acadêmicos. Após aprovação interna, foi encaminhada ao Governo Federal levando como objetivo a criação de um Conselho Nacional de Pesquisas, com vistas ao desenvolvimento científico brasileiro, a

melhoria da industrialização do País e o rompimento das amarras do subdesenvolvimento. O autor foi o acadêmico da ABC, professor da Escola Naval e empresário Almirante Álvaro Alberto da Motta e Silva, ou simplesmente, Álvaro Alberto, admitido na ABC em 1921. Era químico, especializado em explosivos, dos mais brilhantes, com grandes conhecimentos em física sendo, paralelamente, pesquisador da História da Ciência. Era também grande empresário, do ramo de explosivos, produtos fundamentais para o desenvolvimento do Brasil. Os conflitos políticos internos brasileiro e o regime ditatorial de 15 anos impediram a materialização do seu projeto. Foi, também, um grande complicador para a aprovação do projeto o surgimento da Segunda Guerra Mundial, em 1939, que afetou fortemente o desenvolvimento do Brasil. Por outro lado, ao longo dos seis anos de hostilidades (1939-1945), a guerra acelerou o desenvolvimento científico-tecnológico em quase todas as áreas do conhecimento e a paz só foi obtida, em 1945, graças ao domínio pelos norte-americanos de uma nova tecnologia; o uso da fissão nuclear na elaboração de bombas atômicas as quais, ao serem utilizadas contra o Japão, nas cidades de *Hiroshima* e *Nagasaki*, provocaram a imediata rendição daquele país, pondo fim, definitivamente ao longo conflito. O poder de destruição em massa do novo armamento colocou em pânico as populações, tanto do oriente quanto do ocidente. Igualmente em pânico ficaram os governantes. Naquela ocasião, os Estados Unidos eram os únicos detentores da tecnologia de fabricação de bombas atômicas, embora diversos países fossem detentores de conhecimentos teóricos e experimentais sobre energia nuclear. Em 1946, por isso, a ONU promoveu a Primeira Reunião da recém-criada Comissão de Energia

Atômica (CEA) em *New York*, pois se acreditava que o segredo dessa nova tecnologia seria desvendado em pouco tempo ou disseminada por espionagem, como realmente ocorreu. Na reunião da ONU, os Estados Unidos defenderam a tese de que os países detentores de reservas de minérios radioativos deveriam cedê-las às nações que dominavam a tecnologia nuclear, causando reações nos presentes. O Brasil compareceu ao evento pelo fato de ser dono de grandes reservas de urânio e tório. O representante brasileiro na reunião foi Álvaro Alberto, que discordou da proposta norte-americana, afirmando que o controle desses minérios entre as nações possuidoras de domínio da tecnologia nuclear avançada (na época os Estados Unidos, União Soviética e a França) deveriam pagar não só com dinheiro, mas com a divisão das suas riquezas naturais, como o óleo, o carvão mineral e o gás. O preço justo, segundo o Álvaro Alberto, incluiria, também, o fornecimento de equipamentos, assistência técnica e repasse de tecnologia, inclusive nuclear. A discussão do tópico entre as nações participantes foi acirrada. De volta ao Brasil, agora livre do regime ditatorial, Álvaro Alberto pôde desenvolver as discussões relativas às questões tecnológicas nacionais, livremente, entre os cientistas brasileiros, especialmente entre os físicos. Por ser professor, pesquisador e empresário, Álvaro Alberto sentia de perto as consequências da falta de apoio governamental e da burocracia sobre as suas atividades científicas e empresariais. Depois de uma longa experiência na CEA e de discussões acadêmicas com os físicos eminentes da época, no início de 1949, Álvaro Alberto presidiu uma comissão formada por 22 expressivos nomes da ciência brasileira - todos indicados por ele ao Presidente da República, General Eurico Gaspar Dutra - incumbida de

elaborar anteprojeto para a criação de um conselho nacional de pesquisa. Finalmente, em 15 de janeiro de 1951, foi sancionada a Lei nº 1.310, assinada pelo ainda Presidente Dutra, criando o Conselho Nacional de Pesquisas (CNPq), subordinado diretamente ao Presidente da República, sendo Álvaro Alberto nomeado seu primeiro Presidente. A Lei de criação do CNPq estabelecia as finalidades do órgão e promovia normas para estimular o desenvolvimento da investigação científica e tecnológica no país, através da concessão de recursos para pesquisas, formação de pesquisadores e técnicos, cooperação com as universidades brasileiras e intercâmbio com instituições estrangeiras. A lei determinava, também, a proibição da exportação de minérios radioativos. A sua permanência na presidência do CNPq durou quatro anos. Em 1955, Álvaro Alberto passou a sofrer fortes pressões, inclusive internacionais, para se exonerar, mas, ainda assim, encontrou condições para promover a criação da Comissão Nacional de Energia Atômica no âmbito do CNPq, aprovada em 10 de outubro de 1956. Demitiu-se da Presidência para não assinar acordos que considerava contrários aos interesses nacionais. Era notório que os Estados Unidos procuravam manter o Brasil amarrado aos seus próprios interesses na área nuclear. Em 6 de novembro de 1974, após quase 25 anos de pleno funcionamento, o CNPq transformou-se em fundação de direito privado, com a denominação Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico, mantendo a mesma sigla CNPq. A nova entidade ficou vinculada diretamente à Secretaria de Planejamento da Presidência da República (SEPLAN), tendo como finalidade auxiliar o Ministro de Estado Chefe da Secretaria de Planejamento na análise de planos e programas setoriais

de ciência e tecnologia e na formulação e atualização das políticas de desenvolvimento científico e tecnológico estabelecidas pelo Governo Federal. Sob a coordenação da SEPLAN, coube ao CNPq a elaboração do II Plano Básico de Desenvolvimento Científico e Tecnológico brasileiro (II PBDCT), relativo ao período 1976-79, aprovado pelo Presidente da República Ernesto Geisel, por meio do Decreto 77.355, de 31 de março de 1976, com dispêndios da ordem de CRS 23 bilhões de cruzeiros (moeda brasileira da época). Esse é um marco histórico na vida do CNPq; outros PBDCTs viram mais tarde. Tais recursos foram aplicados nos programas setoriais prioritários em ciência e tecnologia, formação de recursos humanos para a pesquisa, organização institucional e atividades de apoio ao desenvolvimento científico e tecnológico nacional. O CNPq, mesmo enfrentado épocas adversas, seguiu sempre na direção do uso correto dos recursos públicos, recebeu apoio do regime militar e protegeu-se, dentro das suas possibilidades, da influência nefasta político-partidária que se seguiu ao governo militar. A sua autonomia, retidão e independência eram mantidas por meio das suas competentes Diretorias e Comitês Assesores (CA), formados por representantes da comunidade científica nacional, sempre escolhidos aqueles com alta credibilidade junto aos seus pares. Os pareceres decisórios eram, e continuam sendo, pautados na “meritocracia” por ocasião das concessões de bolsas e de auxílios pelos CAs. Houve épocas áureas em que o CNPq aprovava todos os pedidos com mérito científico, desde que o responsável pelo projeto tivesse uma boa resposta para a famosa pergunta dos CAs: “o que você produziu nos últimos cinco anos?” Atualmente, a mesma pergunta continua a ser feita mas, devido

a alta demanda, mesmo com mérito científico e um bom currículo do pesquisador, o CNPq estabelece cotas para as concessões, selecionando os melhores projetos e os currículos melhor ranqueados. Isso é um grande estímulo para que os pesquisadores brasileiros produzam novos conhecimentos científicos e publiquem seus resultados obtidos em revistas credenciadas. Ao entrar no sistema CNPq, o pesquisador passa a fazer parte do corpo de elite dos pesquisadores brasileiros, ou seja, os detentores de Bolsa de Produtividade Científica; com acesso aos novos editais para financiamentos de pesquisa, viagem ao exterior etc. E o mais importante, esses pesquisadores ficam com mais crédito para obtenção de Bolsas de Iniciação Científica (Pibic - Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica), fazendo ingressar no sistema de ciência e tecnologia nacional jovens talentosos ainda em sala de aula de graduação.

No dia 08 de abril de 1981, o CNPq deu início às comemorações oficiais dos seus 30 anos de fundação e, em solenidade alusiva ao fato, instituiu em grande solenidade, o Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia, aprovado por meio do Decreto nº 85.880 de 08 de abril de 1981, assinado pelo Presidente da República João B. Figueiredo. O prêmio consistia em um diploma, uma medalha de ouro e uma significativa importância em dinheiro. Pelo Projeto, anualmente seriam atribuídos dois prêmios, em sistema de rodízio, por áreas de conhecimento. Para o Ano 1, as áreas contempladas seriam Ciências Biológicas e Ciência Agropecuária (*sic*). A sequência ia até o Ano 6, quando os prêmios seriam concedidos para as Ciências Humanas e Informática. O Prêmio Nacional de Ciência e Tecnologia é de caráter individual e indivisível, sendo atribuído

a pesquisadores que se tenham destacado pela realização de obra científica ou tecnológica de reconhecido valor para o progresso das áreas do conhecimento (Art. 4 do Regulamento do Prêmio). Não há inscrições para o Prêmio, cabendo as sugestões relativas aos nomes dos candidatos aos membros das Comissões de Especialistas, os quais poderão apresentar um ou mais nomes (Art. 8º do Regulamento do Prêmio). Finalmente foi diferenciado ainda no ano de 1981, o Prêmio Jovem Cientista, muito concorrido até hoje. A realização se dá com parceria da Fundação Roberto Marinho e Grupo Boticário de Proteção à Natureza e com os patrocínios do Banco do Brasil, Empresa Gerda e da multinacional GE, esta desde 2011. O Prêmio tem como objetivo revelar talentos, impulsionar a pesquisa no país e investir em estudantes e jovens pesquisadores que procuram inovar na solução de desafios da sociedade brasileira. O Prêmio é atribuído a cinco categorias: 1-Mestre e doutores: R\$ 35.000,00; 2- Estudante do Ensino Superior: R\$ 18.000,00; 3- Estudante do Ensino Médio: um LAPTOP; 4- Mérito Institucional Ensino Superior ou Ensino Médio: R\$ 40.000,00 e 5- Mérito Científico: R\$ 40.000,00. A cada pessoa física laureada é concedida também uma bolsa de estudos do CNPq, no valor médio de R\$ 775.000,00.

O tema escolhido para a edição 2018 foi “Inovação para conservação da Natureza e Transformação Social. No Nordeste foram premiados: Mestre e doutor: João Vitor Campos Silva da UFAL e Estudante do Ensino Superior: Célio Henrique Rocha Moura, UFPE.

A ação institucional do CNPq compreende um elenco bastante abrangente de compromissos e responsabilidades, cujo detalhamento foge do escopo desta pequena crônica. O grande destaque, entretanto, é a coordenação do Sistema Nacional de

Desenvolvimento Científico e Tecnológico Nacional.

Hoje, aposentado, sinto orgulho de ter servido ao CNPq na qualidade de representante das ciências agrárias na Comissão de Coordenação Técnica-Científica (CCTC), atualmente Conselho Deliberativo, sob a presidência do competentíssimo Prof. Lynaldo Cavalcanti, por dois anos. A CCTC era o mais alto colegiado deliberativo do órgão naquela época. Servi, também, ao Comitê Assessor de Agronomia (CA/Ag) por dois mandatos de três anos, nesse caso, indicado pela comunidade científica da Fitopatologia brasileira. Finalmente, orgulho-me de ter sido Bolsista de Produtividade Científica de 1976 a 2015 (Processo 302357/76 -RN). Em 1996, atingi o nível mais alto de pesquisador, ou seja, 1 A, permanecendo neste nível por 19 anos consecutivos, com diversas renovações (1996-2015). Por decisão pessoal, não solicitei renovação da bolsa.